

**A. I. Nº** - 206888.0008/03-2  
**AUTUADO** - ROBSON FERREIRA DA SILVA  
**AUTUANTE** - JOSÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO  
**ORIGEM** - INFAZ SERRINHA  
**INTERNET** - 04.11.03

#### **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0428/01-03**

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. O contribuinte enquadrado como microempresa do SimBahia paga quantias fixas, mensalmente. Apenas deve pagar o tributo nos meses em que estiver em efetivo funcionamento. Não importa o regime pelo qual o imposto seja apurado, pois, sendo ICMS, tributo que é cobrado nas operações relativas à circulação de mercadorias, não há imposto a ser pago se não são realizadas operações mercantis. Nos meses em que não houver efetivas operações mercantis, não há ICMS a ser pago. Não é pelo simples fato de estar inscrito que o contribuinte tem de pagar o imposto, mês a mês, como se fosse uma “taxa”. Se não há fatos geradores, não há imposto. Ocorre que, neste caso, embora o contribuinte alegue que não houve realização de operações no período considerado, não foi feita prova disso. Não basta alegar. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 16/6/03, acusa a falta de recolhimento de ICMS nos prazos regulamentares por microempresa enquadrada no SimBahia. Imposto lançado: R\$ 870,00. Multa: 50%.

O autuado apresentou defesa alegando não ter havido movimento nos meses objeto do lançamento. Diz que pediu baixa da inscrição cadastral.

O fiscal autuante prestou informação observando que o pedido de baixa foi protocolado em 26/2/03, e o imposto dos três meses de dezembro de 2002 e de janeiro e fevereiro de 2003 não foi pago.

#### **VOTO**

O contribuinte enquadrado como microempresa do SimBahia paga quantias fixas, mensalmente. É evidente que apenas deve pagar o tributo nos meses em que estiver em efetivo funcionamento. Não importa o regime pelo qual o imposto seja apurado, pois, sendo ICMS, tributo que é cobrado nas operações relativas à circulação de mercadorias, não há imposto a ser pago se não são realizadas operações mercantis. Nos meses em que não houver efetivas operações mercantis, não há ICMS a ser pago. Não é pelo simples fato de estar inscrito que o contribuinte tem de pagar o imposto, mês a mês, como se fosse uma “taxa”. Se não há fatos geradores, não há imposto.

Ocorre que, neste caso, embora o contribuinte alegue que não houve realização de operações nos meses de dezembro de 2002 e de janeiro e fevereiro de 2003, não foi feita prova disso. Não basta alegar.

Por isso, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206888.0008/03-2**, lavrado contra **ROBSON FERREIRA DA SILVA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 870,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de outubro de 2003.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA